

GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Deusdedit Soares dos Santos*

Esta reflexão visa buscar referências teóricas à possibilidade do desenvolvimento face ao processo de globalização, de modo a se escapar de uma tendência crescente de fragmentação e de ações puramente defensivas quando se defronta o mundo das particularidades com as tendências de homogeneização.

O espaço é exíguo para uma reflexão tão abrangente. Assim, aprestar-se-á apenas alguns dos aspectos dessa questão, como resultado dos estudos teóricos que vem sendo conduzidos na minha dissertação de mestrado em Geografia, na Universidade Federal de Minas Gerais.

O aspecto que se quer aqui destacar, é que não há como fugir de um nível de globalidade nas análises, quando a questão de fundo é desenvolvimento.

Do contrário, pode estar se evitando o mau estar de se por o dedo na ferida, e com isso, abrindo mão do direito do exercício da “utopia”, para se pensar um mundo diferente.

Para se responder o que é desenvolvimento, desenvolvimento como, o quê, para quê, não há como se escapar de uma outra pergunta ainda mais abrangente: afinal, o que é o mundo, o que é a realidade em si, como é possível conhecer o mundo e como é possível transformá-lo?

Poderia o mundo ser tomado como uma realidade predefinida, de relações sociais e econômicas que não se questiona? Segundo essa visão, qualquer processo de desenvolvimento traria as marcas dessa realidade predefinida. Um exemplo é o fato de se considerar globalização como um dado inelutável. Entendida como universalização das relações de mercado, parte-se do pressuposto de que nada mais resta senão o mercado.

O “nada mais que”, conforme Kosik, é uma forma de reducionismo, *como se toda a riqueza do mundo se precipitasse no abismo de uma imutável substância.*(Kosik, 1963)1.

Tal visão gera também um conceito reducionista de desenvolvimento, só possível, via integração no mercado. Assim, o horizonte do desenvolvimento já estaria predefinido: aos lugares e comunidades, só resta a inclusão ou a exclusão. Mesmo que esses níveis de inclusão/exclusão comportem gradação, no entanto, a meta a ser perseguida é a busca de total inclusão. Nesse sentido sustentabilidade é tomada por desenvolvimento sustentado, ou seja perenidade, condição de se manter no processo e, quanto muito, admite-se uma relação mais harmônica com a natureza, retardando um possível juízo final.

Outros, preferem enfoques que tomam a realidade em si, não plenamente definida, por ser ela processo dinâmico em constante transformação, que comporta contradição e múltiplas possibilidades. Visão do pensamento dialético, para o qual, *a “substância” é próprio movimento da coisa ou a coisa em movimento.* (Kosik, 1963, p. 27)

A partir da compreensão dos aspectos contraditórios da realidade, e da crença de que o mundo pode ser diferente, admitindo-se a possibilidade da negatividade da matéria 2, pensa-se o desenvolvimento além de uma visão reducionista, fazendo-se dos lugares e das comunidades algo mais do que fragmento.

A partir dessas considerações, algumas conclusões quanto aos aspectos teóricos fundamentais, aos poucos se delineiam. Uma, à primeira vista se destaca: dois enfoques

* Mestrando em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais- Belo Horizonte-Brasil

teóricos distintos se contrapõem quando se trata das questões mais abrangentes relativas à visão do mundo, seu conhecimento e sua transformação.

O primeiro, se caracteriza como sendo continuidade do ciclo da modernidade, que se firma no primado da razão superior, na racionalidade técnica e na unidirecionalidade epistemológica. O processo de globalização, tal como vem se colocando hoje, constituiria o rosto mais evidente da modernidade contemporânea.

O segundo, ao questionar a unidirecionalidade epistemológica, e a pretensão da razão superior em se tornar única janela por onde se possa ver a realidade, pressupõe uma visão de mundo, não pré-definida, mas dinâmica, e em constante construção, na linha do pensamento dialético, admitindo-se a convivência de múltiplas lógicas e racionalidades. Alguns identificam esse enfoque como paradigma alternativo, pós-modernidade. Adotaria a denominação utilizada por Boaventura Santos de *paradigma emergente*. (Boaventura Santos, 1995)³.

O quadro 1, contrapõe os dois enfoques quanto aos seus aspectos fundamentais, contraposição tomada mais como método de análise, não significando que a realidade se restringe a dois enfoques excludentes.

Quadro

<i>Aspectos fundamentais</i>	<i>Continuidade do ciclo da modernidade</i>	<i>Paradigma emergente</i>
<i>O mundo real</i>	<i>O mundo real é o das essências. Os objetos são apenas fenômenos aparentes. Daí, a oposição entre, espírito e matéria, sujeito e objeto, inteligível e sensível, impondo-se o primado da razão e o caráter fragmentário e acidental das coisas, da natureza e dos fenômenos.</i>	<i>O real é o mundo concreto, o todo estruturado que se cria e se desenvolve. Cada fenômeno traz em si o todo, que se concretiza nos fenômenos, (Kosik, 1963). Daí, a realidade no seu aspecto fenomênico não é secundária. Há uma unidade entre sujeito e objeto, e a substância do objeto é a sua dialética.</i>
<i>Conhecimento do mundo</i>	<i>Só se conhece o todo pelo conhecimento de suas partes, acrescentando-se fatos a outros fatos, conceitos a outros conceitos (Kosik, 1963). Conhecimento visando a uma "práxis" utilitária na sua relação com as coisas e com a natureza. Há o desprezo de outras epistemologias que não se sustentam nos valores propugnados pela racionalidade técnica. (Boaventura Santos, 1995)</i>	<i>O conhecimento se faz da parte para o todo e do todo para a parte. O processo de conhecimento do mundo não se dá de fora para dentro, mas em espiral, e é dinâmico. Não é algo externo ao mundo dos fenômenos, que se acumula, mas pode ser criado a partir da "práxis" de cada indivíduo e de cada sociedade, no sentido de que "o homem só conhece a realidade na medida em que cria a realidade humana, e se comporta antes de tudo como ser prático." (Kosik, 1963)</i>
<i>Desenvolvimento</i>	<i>Independente do sistema social de produção, desenvolvimento é tomado na versão predominantemente econômica, sustentado-se no primado da razão e da técnica, caracterizando-se como um sistema produtor de mercadorias, como finalidade máxima. No paradigma capital/expansionista, o objetivo é o crescimento econômico sem fim, e o único elemento de regulação é o mercado.</i>	<i>Mais do que o objetivo do consumo sem fim, o desenvolvimento volta-se antes de tudo para a satisfação das necessidades básicas do ser humano que não se restringem à variável predominantemente econômica. O conceito de necessidade supera o da "práxis" utilitária, indo ao encontro de outras aspirações não puramente materializadas, donde, a convivência de uma multiplicidade de lógicas e de racionalidades em função da diversidade de valores e de culturas.</i>

É na linha do primeiro enfoque que globalização, tomada como o rosto do capitalismo no mundo de hoje, se impõe como totalidade. Assim, sonha em ser um novo paradigma, firmando-se como única base material da mundialização (Santos, 1994).

O que está em jogo nesse processo, extrapola conflitos entre paradigmas que se opõem, situados tão somente a nível das relações de produção e das relações entre classes. No dizer de Boaventura Santos, estamos diante de um novo paradigma civilizacional que comporta múltiplas e divergentes lutas, desde as relacionadas estritamente à visão de mundo e seu conhecimento, até aquelas relativas a padrões de sociabilidade, formas de poder e de representação política (Boaventura Santos, 1995, p.341).

A segunda conclusão diz respeito ao contexto de desenvolvimento sustentável a partir desses dois enfoques abrangentes. Assim, sustentabilidade diferencia-se de desenvolvimento sustentado, que privilegia o enfoque de perenidade no processo, admitindo-se apenas correção de determinados desvios, de modo a não comprometer o rumo tomado.

Não se confunde também com harmonização entre ecologia e economia, colocando-se como questão técnica. É antes de tudo uma questão política (Santos, 1994), pressupondo liberdade de escolha, e um grau mínimo de autonomia.

Por outro lado, sustentabilidade não significa autonomia absoluta, inviável dentro de um mundo interligado, onde interagem processos de todas as ordens. Pressupõe antes de tudo, a capacidade dos lugares lerem o seu contexto, e poderem atuar sobre ele, tendo como parâmetros sua realidade histórica e concreta, e a diversidade de objetivos, que não se restrinjam aos estritamente relacionados à uma “práxis” utilitária, ou de caráter puramente defensivo.

Multiplicidade que não pode ser entendida como fragmentação de experiências “alternativas” que se isolam sem alcançar um mínimo de legitimidade. Deve se ter em mente que é justamente na direção desse isolamento que atuam as forças do capital expansionista, fazendo de qualquer experiência divergente, “alternativa” sem sustentação prática, e sem perspectiva de alcançar níveis de globalidade e de legitimidade 4.

A ampliação de acordos, nem sempre perfeitos, mas possíveis, admitindo-se períodos de transição em que se conviva com lógicas aparentemente opostas, possibilitará gradativamente legitimidade criadora de hegemonia e globalidade, ultrapassando o caráter fragmentário de experiências que tendem ser tomadas indevidamente como utópicas.

O orçamento participativo levado a efeito por diversas administrações municipais de esquerda no Brasil, com maior ou menor sucesso, é bem um exemplo de um tipo de experiência que cada vez mais vem superando seu caráter “alternativo”, ganhando legitimidade, como meio de exercício do direito de cidadania que complementa e supera a prática de uma democracia formal, carregada de vícios.

A terceira conclusão está relacionada à necessidade dos diversos enfoques em torno do desenvolvimento sustentável no contexto de da globalização, não se limitarem à abordagens de caráter teórico e abstrato, mas possam ser analisados a partir da realidade histórica e concreta dos indivíduos e dos lugares. Daí, o recurso à dialética. Mais que um método, é uma teoria em torno da visão do mundo, seu conhecimento e sua transformação.

Tal constatação permite, dedução de alguns aspectos de importância para o tema aqui debatido:

Assim, a volta às questões abrangentes, não pode ser tomada como forma de abstracionismo. A opção dialética leva a sepultar teses que tendem considerar o desenvolvimento, como algo abstraído de materialidade, (Santos,1994), ou como realidade predefinida, que não considera a existência de processos contraditórios, a multidimensionalidade e a realidade histórica das pessoas e dos lugares.

No sentido de se combater o abstracionismo em torno do debate dessas questões, cada vez mais vem ganhando expressão na teoria geográfica e nas ciências sociais de modo geral, o importante tema do retorno do território a que se refere Santos 5.

Enquanto cresce o poder das redes de verticalidade a serviço das condições de equalização dos meios para reprodução do capital, em sentido oposto ganham força os movimentos de enraizamento e territorialização, apoiando forças comprometidas com os vários tipos de fundamentalismos, manifestações de xenofobia, conflitos de

etnocentrismo, ou, valorizando localismos, de tendência conservadora. No entanto, superando manifestações de caráter fragmentário e defensivo ganham importância as redes de horizontalidade. A partir da vivência diária, procuram reforçar laços de solidariedade, cooperação e de complementaridade. Sua ampliação, aos poucos, consolidará um princípio de hegemonia, pensando a vida e o desenvolvimento além de uma simples relação de mercado ou de práticas de caráter instrumental apenas..

Não se pensa com isso ter encontrado a chave de um salto paradigmático. Ao se debruçar sobre a realidade, analisando as contradições dos processos que se pretendem definitivos, pode-se trazer à luz aspectos despercebidos, em função de enfoques preconcebidos.

Na realidade estamos diante de uma crise de paradigmas, daí, todo o cuidado com as abordagens mais amplas, para que de um lado, não se deixe levar pela superficialidade, e de outro, não se tenha a pretensão da verdade absoluta. No entanto, levar a análise para um nível de maior amplitude, me parece necessário considerado tal contexto.

À luz das análises teóricas, sejam as de conteúdo metodológico relacionadas ao método dialético **6**, sejam as de conteúdo sociológico, com relação entendimento do quadro social e político da pós-modernidade **7**, pode se avançar numa melhor compreensão das particularidades dos processos de desenvolvimento e do contexto paradigmático em que se inserem.

É recorrente em vários autores ,(Lipietz, Preteceille, Becker,) entre outros, a crítica à pretensão de totalidade do processo de globalização, que tende a se transformar numa panacéia. Contrariamente busca se ressaltar a importância de determinados aspectos culturais, de relações não mercantis, levados em conta num processo de desenvolvimento localizado. O reforço das particularidades dos lugares, passa a constituir um movimento ativo e defensivo, na busca de um grau mínimo de autonomia, de modo a não se sujeitar passivamente à imposição de forças externas de caráter entrópico.

Outras análises em diversos contextos, valorizam ações estratégicas, sejam as de cunho não mercantil, ressaltando a importância da cooperação e complementaridade, a nível local , regional e a nível das empresas, sejam as de caráter cultural e social, (práticas culturais, domínio de logísticas (Becker, 1995), flexibilidade ofensiva (Leborgne e Lipietz, 1990). Enfoques válidos, desde que se reconheça seu caráter como sendo mais de ações de cunho defensivo, do que como se representassem algo no nível de uma transição paradigmática.

Arriscar-me-ia a fazer a seguinte interpretação um tanto simplificada da questão fundamental que colocam:

Considerando que a mão invisível anda mesmo solta, no entanto, os interesses em torno do mercado são múltiplos e contraditórios. Como os lugares e regiões poderiam se beneficiar desse caráter de multiplicidade de interesses, de modo a terem seu quinhão de “desenvolvimento” defendendo-se dos riscos de instabilidade que vem nos rastros da globalização?

A valorização de aspectos culturais e de uma prática social mais desenvolvida com base na cooperação e complementaridade, privilegiando aspectos não puramente mercantis, se não propicia saída definitiva, permitem pelo menos lugar ao sol, nem que seja para os que participam dessas ações. Como uma hegemonia de caráter global é inviabilizada, muitas dessas ações correm o risco ou de se restringirem a seus lugares ou de caminharem na direção de batalhas de lugares contra lugares(Harvey, 1995).

Outras saídas têm sido pensadas, como a articulação de lógicas na condução do processo de desenvolvimento **8**. Assim, desenvolvimento, mais do que acumulação de vantagens comparativas justapostas, é sobretudo, resultado de um processo de

articulação de distintas lógicas. Passa-se então a se conviver, seja com sistemas operativos pré-capitalistas, como com o fordismo e pós-fordismo, numa multiplicidade espaço-temporais, com revalorização da dualidade, através de funcionamento simultâneo dessas lógicas, não de todo desarticulado (Nicolas, 1994, p.96).

A questão que se coloca é, como impedir uma hierarquia de lógicas. Até que ponto são conciliáveis, quanto a seus objetivos maiores?

Além disso, a sobrevalorização do sistema de redes, em substituição aos desgastados conceitos de região, que não mais se adequam à idéia de contiguidade, não corre o risco de abolir a realidade histórica e contextual dos lugares e dos indivíduos e a própria realidade concreta, a favor de uma realidade virtual?

É contra essa tendência que Santos vê como saída o retorno do território, trazendo a vida e os conceitos para a realidade histórica e concreta das pessoas e dos lugares.

Não se tem respostas prontas para esses complexos questionamentos relacionados a processos de desenvolvimento. O que se pode fazer é confrontar intenções, propósitos e proposições de desenvolvimento com a realidade concreta, identificando-se suas contradições.

A partir da análise da realidade, a teoria social e geográfica ainda pode muito avançar.

Notas e referências bibliográficas

1: Kosik K., 1989 , “*Dialética do Concreto*”, Paz e Terra, Rio de Janeiro,

2: No sentido a que se refere Kosik: “*Só uma concepção da matéria que na própria matéria descubra a negatividade e, por conseguinte, a capacidade de descobrir novas qualidades e graus de evoluções superiores, proporciona a possibilidade de explicar materialisticamente o novo como uma qualidade do mundo material. Se se entende a matéria como negatividade, a explicação científica redutiva cessa de valer*”,.. (Kosik K., 1989 “*Dialética do Concreto*”, p.28/29)

3: Boaventura de Souza Santos, 1995, “*Pela mão de Alice*”, Cortez Ed. p. 336, São Paulo,

4: Boaventura de Souza Santos, idem.

5: Santos M. 1994. O Retorno do Território, “*Território Globalização e Fragmentação*”, HUICITEC/ANPUR, São Paulo.

6: Kosik K., idem

7: Boaventura de Souza Santos, idem

8: Nicolas D.H., 1994, Tempo e espaço e apropriação social do território, in “*Território Globalização e Fragmentação*” , HUICITEC/ANPUR, São Paulo.